**Ministério da Educação**

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**

**Relatório Contábil do IFRS**

e Demonstrações Contábeis Consolidadas

**1º Trimestre/2020**

Bento Gonçalves, 2020

**DCONIFRS**

**REITOR**

Julio Xandro Heck

**PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO**

Tatiana Weber

**PRÓ-REITOR ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO**

Márcio Cristiano dos Santos

**DIRETORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

Rosane Fabris

**Chefe do Departamento de Contabilidade**

Luiz Antônio Hining

**EQUIPE TÉCNICA – contadores**

Ademir Gautério Troina Junior

Cristiane Ancila Michelin

Elisangela Batista Maciel

Gilberto Takechi Genta

Jane Marusa Nunes Luiz

Luciana Lopes de Freitas

Luis Fernando Espinosa de Farias

Magali Teresinha da Silva

Maicon Goulart Morales

Marinez Mauer

Patricia Kissner

Pedro Sergio Mendes Leite

Roberto Russell Fossati

Robson da Silva Telles

Tatiane Berenice Gómez

Este documento é constituído por:

I – Declaração do Contador;

II – Demonstrações Contábeis;

III – Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

Nos termos do Acórdão TCU nº 1464/2015-P e da Macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício de 2021), em atendimento à Portaria nº 04 MEC/SE/SPO, de 20 de novembro de 2019, consta a Declaração com Ressalva do Contador do Órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, conforme segue.

|  |
| --- |
| **DECLARAÇÃO DO CONTADOR** |
| **Denominação completa (órgão)** | **Código do órgão** |
| INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS | 26419 |
|  |
| Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício do 1º Trimestre de 2021, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:**Restrição 315– Falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão**.Base legal na IN 06/2007 e STN/Manual SIAFI/Ministério da Economia, Macrofunção 02.03.14 Conformidade de Registro de Gestão. Consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações. A responsabilidade pela análise da consistência dos registros dos atos e fatos da execução é do Ordenador de Despesas ou do Gestor Financeiro, independentemente da responsabilidade atribuída ao Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão. Diversos apontamentos de falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão foram registrados no exercício 2021. **Providências administrativas relatadas:** Não há providências relatadas de forma institucional. Não foram apontados prazos e apresentado cronograma de ação da providência relatada. O apontamento de falta ou restrição na conformidade dos registros de gestão foi recorrente no órgão durante o exercício de 2020 e anteriores.**Restrição 316– Falta ou atraso no cumprimento de diligências**.O Órgão não apresenta controle atualizado dos valores a receber derivados da folha e pagamento à título de reposição ao erário.**Providências administrativas relatadas:** Não há providências relatadas de forma institucional. O apontamento de falta de controle dos valores a recebe foi recorrente no órgão durante os exercícios 2019, 2020 e 2021.**Restrição 603 – Saldo contábil do almoxarifado não confere com RMA**.O Órgão registra saldo divergente do Relatório de Movimentação de Almoxarifado, fato que tem se repetido em todos os exercícios. **Providências administrativas relatadas:**Não há providências relatadas de forma institucional. Não foram apontados prazos e apresentado cronograma de ação das providências relatadas. O apontamento de saldo divergente do Relatório de Movimentação de Almoxarifado foi recorrente no órgão durante o exercício de 2021 e anteriores.**Restrição 632– Saldo alongado ou indevido nas contas transitórias do ativo não circulante - imobilizado**.O Órgão registra saldo alongado relativo a obras em andamento. **Providências administrativas relatadas:** Não há providências relatadas de forma institucional. Parcialmente, a providência relatada foi: *“aguardando a manifestação da Diretoria de Projetos e Obras - DPO”* (campus Rolante). Não foram apontados prazos e apresentado cronograma de ação da providência relatada. O saldo encontra-se com registro alongado desde abril de 2020.**Restrição 633 – Saldo alongado/indevido em contas transitórias do ativo não circulante - intangível**.O Órgão não apresenta controle consolidado de intangível, fato que tem se repetido nos exercícios antecedentes. **Providências administrativas relatadas:**Não há providências relatadas de forma institucional. Parcialmente, a providência relatada foi: *“a partir de 2021 será emitido relatório mensal”* (campus Ibirubá e Viamão). Não foram apontados prazos e apresentado cronograma de ação das providências relatadas. Outras unidades não apresentaram providências a serem adotadas. O apontamento de falta de controle do ativo intangível foi recorrente no órgão durante o exercício de 2020 e anteriores.**Restrição 634 – Falta avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros**. O Órgão não realizou a reavaliação de ativos conforme determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, contidas na NBCT 16.10, MCASP 7ª Edição e Macrofunção Siafi 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, e de acordo com o solicitado no Acórdão 5.603/2017 – TCU – 2ª Câmara. **Providências administrativas relatadas:**Não há providências relatadas de forma institucional. Parcialmente, as providências relatadas foram: *“será realizado pela pró-reitoria de administração até o segundo trimestre de 2021”* (campus Porto Alegre, Canoas, Restinga, Farroupilha, Ibirubá, Feliz, Rolante e Reitoria); *“será realizada até o segundo semestre de 2021”* (campus Viamão).Não foram apontados prazos e apresentado cronograma de ação das providências relatadas. Outras unidades não apresentaram providências a serem adotadas. O apontamento de falta de avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros foi recorrente no órgão durante o exercício de 2020 e anteriores.**Restrição 640 – Saldo contábil de bens móveis não confere com RMB**. O Órgão registra saldo divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis,fato que tem se repetido em todos os exercícios. **Providências administrativas relatadas:**Não há providências relatadas de forma institucional. Parcialmente, as providências relatadas foram: “*o tratamento das informações relativas à conciliação está em andamento”* (campus Porto Alegre); *“alguns valores estão localizados e serão regularizados nos próximos meses”* (Reitoria). Não foram apontados prazos e apresentado cronograma de ação das providências relatadas. Outras unidades não apresentaram providências a serem adotadas. O apontamento de saldo divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis foi recorrente no órgão durante o exercício de 2020 e anteriores.**Restrição 642 – Falta ou evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado**. O Órgão registra evolução incompatível com o cálculo da depreciação do ativo imobilizado. **Providências administrativas relatadas:**Não há providências relatadas de forma institucional. Parcialmente, as providências relatadas foram:*“o problema deve ser resolvido/gerenciado pela reitoria”* (campus Canoas, Farroupilha, Rolante); *“analista da TI será chamado para apresentar uma alternativa/solução”* (campus Restinga). Não foram apontados prazos e apresentado cronograma de ação das providências relatadas. Outras unidades não apresentaram providências a serem adotadas. O apontamento de evolução incompatível com o cálculo da depreciação do ativo imobilizado foi recorrenteno órgão durante o exercício de 2020 e anteriores.**Restrição 643 – Falta ou evolução incompatível da amortização do ativo intangível**. O Órgão registra evolução incompatível com o cálculo da amortização do ativo intangível. **Providências administrativas relatadas:** Não há providências relatadas de forma institucional. Parcialmente, as providências relatadas foram: “*analista da TI será chamado para apresentar uma alternativa/solução”* (campus Restinga); *“o problema deve ser resolvido/gerenciado/orientado pela reitoria”* (campus Farroupilha e Ibirubá); *“será implantado um novo sistema”* (campus Feliz). Não foram apontados prazos e apresentado cronograma de ação das providências relatadas. Outras unidades não apresentaram providências a serem adotadas. O apontamento de falta ou evolução incompatível com o cálculo da amortização do ativo intangível foi recorrente no órgão durante o exercício de 2020 e anteriores.**Restrição 653 – Saldos alongados/indevidos contas de controle**. O Órgão não possui documentos de controle de garantias recebidas,de direitos e obrigações contratuais e de responsabilidade de terceiros que possam ser conciliados com as respectivas contas de controle, conforme normatiza a Macrofunção 020318 – Encerramento de Exercício. **Providências administrativas relatadas:**Não há providências relatadas de forma institucional. Parcialmente, as providências relatadas foram: *“a partir de 2021 será implantando novo sistema para regularizar as contas de controle de contratos”* (reitoria e campus Canoas, Farroupilha, Ibirubá, Rolante); *“os fluxos do setor de contratos estão sendo revisados e aprimorados com o intuito de manter a fidedignidade da informação contábil no primeiro semestre de 2021”* (campus Porto Alegre); *“o documento será providenciado”* (campus Vacaria). Não foram apontados prazos e apresentado cronograma de ação das providências relatadas. Outras unidades não apresentaram providências a serem adotadas. O apontamento de ausência de documentos de controle de garantias recebidas, de direitos e obrigações contratuais e de responsabilidade de terceiros foi recorrente no órgão durante o exercício de 2020 e anteriores.**Restrição 674 – Saldos Alongados/Indevidos Contas Transitórias – Passivo Circulante**Em março 2021, o IFRS registrou a existência de saldos alongados indevidos em contas transitórias do Passivo Circulante, relativo a devolução de Ordem Bancária no campus 158744 Vacaria, no valor de R$ 115,47, não regularizada em tempo hábil. **Providências relatadas**: Regularização do documento que originou o desequilíbrio pela devolução da OB, no mês de Abril/2021.**Restrição 706 – Despesas Exercícios Correntes Pagas com Recursos Restos a Pagar**Em março 2021, o IFRS registrou como inconsistência o pagamento de despesas cujo fato gerador ocorreu no exercício corrente, utilizando-se empenhos inscritos em restos a pagar nos Campus 158265 Canoas e 158674 Farroupilha. Base legal, Mensagem Comunica 2020/0771554 Setorial Contábil do MEC e Decreto 10.579/2020 que estabelece regras para a inscrição de Restos a Pagar das despesas de que trata o Art.5º da Emenda Constitucional Nº 106, de 07 de maio de 2020.Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração. |
| **Local** | Bento Gonçalves | **Data** | 30/04/2021 |
| **Contador Resp.** | Luiz Antônio Hining | **CRC nº** | 43.833 |

**Demonstrações contábeis**

Balanço Patrimonial





O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos, e sua evolução 2021 em relação a 2020. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo IFRS, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrente de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O Patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

 

 Conforme demonstrado no gráfico, o IFRS encerrou o 1º trimestre de 2021 com um ativo líquido da ordem de R$ 229,14 milhões.

Demonstração das Variações Patrimoniais





Balanço Orçamentário







Balanço Financeiro



Demonstração dos Fluxos de Caixa



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



**Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis**

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional, exceto no tocante a:

1. Caixa e equivalentes de caixa

Até a data de encerramento do trimestre, os saldos em caixa e equivalentes de caixa, exceto recursos liberados pelo Tesouro, não foram conciliados com extrato ou documento de controle que viabilizasse a conformidade das contas. Documentos não foram apresentados.

O respectivo saldo escriturado em 31/03/2021 é de R$ 190.575,94.

1. Créditos a curto prazo

Até a data de encerramento do exercício, os saldos de adiantamentos concedidos a pessoal não foram conciliados com o sistema da folha de pagamento de forma que no final do exercício pudesse refletir apenas os adiantamentos concedidos e ainda não descontados, referentes ao exercício seguinte. O referido documento do sistema gerencial da folha de pagamentos não foi apresentado e o saldo escriturado de adiantamentos concedidos em 31/03/2021 é de R$ 2.234.621,45.

Até a data de encerramento de exercício, não foram apresentados à esta setorial os documentos de escrituração do saldo alongado a receber em conta “clientes” do campus Bento Gonçalves, de modo que ateste com confiabilidade o saldo escriturado. Em 31/03/2021, o saldo alongado é de R$ 5.878,00.

1. Dívida ativa não tributária

Até a data de encerramento de exercício, não foi apresentado documento gerencial de controle da dívida ativa não tributária que viabilize a conciliação de saldos e ateste, com segurança e fidedignidade, os valores escriturados nesse título.

Em 31/03/2021, o saldo em dívida ativa não tributária é de R$ 99.914,02.

1. Bens móveis

Durante todo o exercício, manteve-se divergente o saldo SIAFI de bens móveis em relação ao correspondente documento de controle gerencial, Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB, e não há registro de laudos de reavaliação dos ativos (bens móveis, imóveis, intangíveis e outros), de modo que as contas correspondentes não refletem com confiabilidade o ativo escriturado.

Não há registro de laudo de inventário consolidado que viabilize conciliação das contas desse título e que, paralelamente, ateste com confiabilidade o saldo em bens não localizados e que permita a promoção de descontinuidade dos bens.

O saldo, em 31/03/2021, de bens não localizados, é de R$ 2.147.769,79.

A divergência total do saldo de bens móveis e intangíveis no SIAFI e o saldo de bens móveis e intangíveis no controle patrimonial, em 31/03/2021, é de R$ 4.521.591,96.

Até a data de encerramento de exercício, não foram corrigidos problemas de cálculo do relatório de depreciação e amortização acumulada, de modo que os registros desses títulos não refletem com confiabilidade a depreciação acumulada de bens móveis e amortização acumulada de bens intangíveis.

1. Ativo intangível

Até a data de encerramento de exercício, não foram apresentados documento de controle dos ativos intangíveis e amortização acumulada, de modo que os registros desse título não refletem com fidedignidade o ativo escriturado.

Em 31/03/2021, o saldo em ativos intangíveis é de R$ 842.048,59.

1. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar

Até a data de encerramento de exercício, o sistema de folha de pagamento não apresentou relatório que permita conciliação das contas de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, de modo que os saldos escriturados possam refletir a realidade, com segurança e fidedignidade.

Em 31/03/2021, as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar escrituradas somam R$ 42.795.358,31.

Faltam informações administrativas que justifique parte dos encargos recolhidos de contribuição previdenciárias ao INSS relativa aos contratos temporários. Até o primeiro trimestre do exercício, foi identificado o recolhimento de R$ 277 mil a maior a conta de contribuições previdenciárias - INSS, equivalente a 4,03% do total de encargos recolhidos nessa rubrica.

1. Conformidade de gestão

Durante todo o exercício, foram apontadas ausências ou restrições no registro de conformidade de gestão em diversas unidades gestoras, de modo que a execução orçamentária, financeira e patrimonial não reflete, na sua totalidade e com confiabilidade, os atos e fatos de gestão.

1. Atos potenciais

Até a data de encerramento do exercício, os saldos de contratos celebrados não foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilize, de forma confiável, a conformidade contábil das contas do grupo de controle devedores/credores. De tal forma, os saldos desse grupo não refletem com fidedignidade os atos potenciais dos direitos contratuais em execução.

Em 31/03/2021, a execução de obrigações contratuais escrituradas em contas de controle somam R$ 38.848.812,72.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul autarquia da administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileira e são compostas por:

1. **Balanço Patrimonial (BP);**
2. **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
3. **Balanço Orçamentário (BO);**
4. **Balanço Financeiro (BF);**
5. **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);**
6. **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;**
7. **Notas Explicativas.**

**Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis**

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

**Moeda funcional**

A moeda funcional é o Real.

**Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

**Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

**Estoques**

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

**Ativo realizável a longo prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

**Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

**Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no IFRS, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

**Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação de bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

* Método das cotas constantes;
* Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

**Depreciação de bens imóveis**

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

* Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
* Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
* Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

**Kd = (n2 – x2) / n2**, onde:

**Kd = coeficiente de depreciação**

**N = vida útil da acessão**

**X = vida útil transcorrida da acessão**

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

**Passivos**

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

**Apuração do Resultado**

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

**Resultado patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

**Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

**Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**Notas explicativas das Demonstrações Contábeis**

**Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa**

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse título se subdivide em Bancos Conta Movimento – Demais Contas, que se referem aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade caução, e, Recursos Liberados pelo Tesouro, que representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira ou arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento. Os valores relativos aos Recursos Liberados pelo Tesouro evidenciam o pagamento da folha de pessoal que ocorreu no mês subsequente.



**Nota 2 – Créditos a Receber**

Os créditos a receber estão distribuídos:

1. Clientes;
2. Adiantamentos concedidos;
3. Ajuste para perdas demais créditos CP e;
4. Outros créditos a receber a curto prazo.

Percebe-se que ocorreu uma redução de 282% em 2021 dos Adiantamentos Concedidos e o registro de outros Créditos a Receber decorrentes da conciliação de adiantamentos de décimo terceiro salário e férias pela baixa dos respectivos adiantamentos do exercício vigente, conforme orientação da Setorial Contábil do MEC.



**Clientes**

São faturas de vendas a prazo realizadas pelo Campus Bento Gonçalves, anteriores a 2011 e 2012, cujo respectivo pagamento não foi realizado até 31/03/2021. Após 2012, não foi mais permitida a venda a prazo e a entrega das mercadorias acontece mediante apresentação do comprovante de pagamento.

**Adiantamentos Concedidos**

São adiantamentos concedidos: adiantamento de 13º salário, férias, salários e ordenados e suprimento de fundos, este último, aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei, que consiste na entrega de numerário a servidor para o fim de realizar despesas que pela excepcionalidade, a critério do Ordenador de Despesas, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos casos e valores limites definidos em Lei. Os adiantamentos de 13º salário e férias correspondem ao excedente das provisões acumuladas do duodécimo da folha de pagamento para as respectivas rubricas a pagar. Além disso, o servidor poderá também solicitar um adiantamento de salário, cujo valor dependerá da quantidade de dias de cada parcela, podendo corresponder até a 70% da remuneração. Porém, na folha de pagamento do mês subsequente ao de utilização das férias, esse valor será devolvido integralmente pelo servidor.

A tabela a seguir representa a composição dos Adiantamentos Concedidos no 1º trimestre.



Conforme evidenciado na tabela acima, o pagamento antecipado Adiantamento de Férias e de Salários e Ordenados representam 68% e 32%, respectivamente, dos adiantamentos concedidos em 2021.

**Nota 3 – Estoques**

Os estoques no IFRS tiveram aumento de 8% em 2021

 e estão distribuídos conforme seguem:

1. Almoxarifado

O IFRS armazena diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios, medicamentos e materiais hospitalares, materiais de expediente e materiais em elaboração, em Almoxarifado, no total de 98% do total dos Estoques.

1. Mercadorias para doação

Saldo refere-se à estoque nas diversas Unidades do Órgão de gêneros alimentícios para merenda escolar destinada aos alunos e correspondem a 2% do total.



**Nota 4 – Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente**

Esse grupo constitui despesas antecipadas a apropriar, cujo fato gerador ainda não ocorreu, tais como: prêmios de seguros da frota de veículos, acesso a banco de dados de normas técnicas e bibliotecas virtuais, assinaturas de jornais e anuidades de associações, aluguéis pagos, impostos e taxas municipais e direitos autorais. Conforme composição da figura abaixo, a despesa antecipada com aluguéis representou 83% do total das variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente, totalizando R$ 363 mil e corresponde, principalmente, a disponibilização da plataforma digital “minha biblioteca” para o IFRS.

**Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente - composição 1º trimestre**

****

**Nota 5 – Ativo Realizável a Longo Prazo**

O Ativo Realizável a Longo Prazo do IFRS é composto pela Dívida Ativa Não Tributária e Depósitos Judiciais Efetuados, conforme segue:

**Dívida Ativa Não Tributária - composição 1º trimestre**

****

**Depósitos Judiciais Efetuados**

Pagamento de Requisição de Pequeno Valor – RPV de ação acidentária em 1º de outubro de 2018, transitado em julgado, processo número 23419.000950/2018-65, no valor de R$ 38.112,38.

**Nota 6 – Imobilizado**

**Bens Móveis**

Os Bens Móveis do IFRS em 31/03/2021 totalizavam, pelo custo de aquisição, R$ 118 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir, sendo de maior representatividade o investimento em Equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC, no valor de R$ 30 milhões (25% do total), sendo este, também, o grupo que recebeu mais recursos no último exercício (R$ 1,0 milhões), seguido de Mobiliário em Geral, no valor de R$ 19,5 milhões (17% do total) e que incorporou valor em patrimônio no período no montante de R$ 292 mil.



**Depreciação Acumulada de Bens Móveis**

Até o primeiro trimestre de 2021 os valores de depreciação mensal relativas a fevereiro/2018 de todas as contas no Relatório de Bens Móveis aparece com os valores duplicados. Além disso, em algumas contas contábeis aparecem outras diferenças que até o encerramento do trimestre não foram sanadas. Foram abertos chamados para o setor de TI da Reitoria para resolver estas inconsistências, porém até o encerramento desse trimestre continuam pendentes. Em decorrência, os saldos contábeis em 31/03/2021 das contas de depreciação dos bens móveis não refletem adequadamente a real situação patrimonial.

**Bens Imóveis**

Os Bens Imóveis do IFRS, em 31/03/2021, totalizaram R$ 241,3 milhões e estão distribuídos conforme demonstrado na tabela a seguir.



Até o trimestre, a conta Imóveis de uso Educacional valorizou em 3%, pela reavaliação do prédio sede do Campus Canoas, em vista das melhorias efetuadas ao longo do exercício. 3,44% do total de bens imóveis correspondem à obras que permanecem em andamento no primeiro trimestre de 2021.

**Campus Porto Alegre**

Dos Bens Imóveis de Uso Educacional do IFRS, cerca de 18% correspondem ao edifício Ulbra Saúde Porto Alegre, de 10 pavimentos, sede da estrutura administrativa e de ensino do campus em Porto Alegre, doado pela União e avaliado em R$ 38,5 milhões.

**Campus Sertão**

Dos Bens Imóveis de Uso Educacional do IFRS, cerca de 15% pertencem ao Campus Sertão, avaliados em R$ 30,8 milhões, correspondente, principalmente, a fração de terra e mato destinada a agricultura, pecuária e benfeitorias: casas de moradias, oficina mecânica, garagem para veículos, marcenaria, lavanderia, depósito de veneno, alojamentos, oratório, refeitório, padaria, ginásio de esporte, prédio administrativo com salas de aula e laboratório, biblioteca com laboratório de informática, um prédio bloco A2 com 8 salas de aula, ambulatório, almoxarifado com posto de vendas, centro de artes culturas e integração, 9 salas de aula nos setores de agricultura e pecuária (agricultura I, II, III, zootecnia I, II, III, irrigação e drenagem e agroindústria), depósito de insumos, silo e beneficiamento de grãos, fábrica de ração, aviário de corte, aviário de postura, agroindústria (abatedouro, sala de vegetação e sala do leite ) suíno, ovino, cunicultura e central de inseminação de ovinos, aviário de corte experimento/ consumo da escola, sala de aula e laboratório fitopatologia e entomologia, prédio com salas de coordenação dos cursos superiores, salas de aula e administrativas dos cursos superiores, prédio do restaurante terceirizado, prédio com sala de aula licenciatura, centro de memória, guarita e pórtico de entrada curso superior, guarita e pórtico de entrada do prédio central.

**Nota 7 – Intangível**

O Ativo Intangível do IFRS, em 31/03/2021, totalizou R$ 1,39 milhões, conforme detalhado na tabela a seguir.



Entre os softwares com valores mais representativos no âmbito do IFRS, R$ 298 mil (22%) referem-se ao software de integração e simulação flexível de manufatura, adquirido pelo campus Restinga e, R$ 110 mil (8%) referem-se a licenças de uso do Windows 2010, para utilização nos computadores do campus Feliz, fornecidos pela Microsoft Informática LTDA.

O aumento de bens intangíveis até o primeiro trimestre de 2021 em relação ao exercício anterior de aproximadamente 4,69%.

Na tabela a seguir, a evolução da amortização acumulada.



**Nota 8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais**

A tabela a seguir demonstra a composição das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais no IFRS.



Em sua maior parte, as obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, em 31/03/2021, correspondem a folha de pagamento do mês de março, cujo pagamento ocorreu no mês subsequente.

**Nota 9 – Obrigações a Curto e Longo Prazo**

Em 31/03/2021, o IFRS apresentou um saldo de R$ 55 milhões de obrigações a curto e longo prazo, sendo em sua maior parte de obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses seguintes, conforme tabela a seguir.



A maior parte do passivo do IFRS com obrigações se refere a demais obrigações a curto prazo, que representam 90% do total.

(a) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Na tabela a seguir, são listadas as Unidades Gestoras com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar a curto prazo na data base de 31/03/2021. A Reitoria do IFRS, Campus Caxias do Sul e Campus Sertão destacam-se entre as Unidades com os maiores saldos a pagar, representando 43 do montante.

O saldo da conta fornecedores e contas a pagar em 31/03/2021 aumentou em aproximadamente em 730% em comparação a 31/12/2020. A Reitoria do IFRS que nesta data tem o maior saldo a pagar na ordem de R$ 1,07 milhões, elevou seu saldo em R$ 1,06 milhões em comparação ao exercício anterior. Já os Campi Caxias e Sertão apresentavam saldo zero no exercício anterior e assumiram compromissos no montante de R$ 730 e R$ 585 mil, respectivamente. o que contribuiu significativamente para o acréscimo de mais de R$ 4,8 milhões sobre o montante total a pagar até o final do trimestre na ordem de R$ 5,56 milhões.



 (a) Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/03/2021, 334 fornecedores possuíam créditos com o IFRS. Desse total, 14 fornecedores (4%) representaram 43% do saldo total a pagar, apresentados na tabela adiante, totalizando R$ 5,56 milhões.



(a) G.S. CONSTRUÇÕES EIRELI: Pela implantação de geradores de energia solar e fotovoltaicas para os Campi do IFRS com recursos do TED 8794.

(b ) PERFIL COMPUTACIONAL: Pela aquisição de computadores e monitores para os Campi Rio Grande e Sertão;

(c) PORTALSUL EMPRESA DE VIGILÂNCIA S/S LTDA: Pela contratação de serviços de vigilância patrimonial e segurança eletrônica nos Campus Porto Alegre, Vacaria, Sertão e Osório;

(d) EDMUR RODRIGUES SILVEIRA: Pela aquisição de diversos consumíveis de tecnologia da informação para os Campi do IFRS.

(b) Demais Obrigações a Curto Prazo

Em comparação ao exercício anterior, o IFRS registrou acréscimo de R$ 2,06 milhões nas demais obrigações a curto prazo, equivalente a variação de 4%, em razão de compromissos assumidos pela própria manutenção das atividades fins do IFRS. As transferências financeiras a comprovar - TED, passaram a ser registrados no Passivo a partir do Exercício de 2019 em contrapartida ao registro de Ativo na UG Descentralizadora, conforme demonstrado na tabela de composição abaixo.



 (a) Consignações

Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações, geralmente na folha de pagamentos dos servidores ou nos pagamentos referente a compras de bens ou serviços constituindo, na sua maior parte, em 30 de junho, empréstimos e financiamentos concedidos por terceiros, bem como retenções de parcelas de consórcios, retidos em folha de pagamento.

(b) Depósitos não judiciais

Compreende os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções vinculados a contratos, para garantia de operações.

(c) Diárias a Pagar

Compreende o montante de diárias a pagar no âmbito do IFRS.

(d) Precatórios de terceiros

São as obrigações referentes a precatórios alimentares e comuns a serem pagos no exercício 2021 pelo IFRS, conforme Processo Administrativo IFECTECRS.

(e) Incentivo a educação, cultura e outros

Compreende as obrigações com incentivos a educação, cultura, ciência, esporte, bem como bolsas de estudo para cursos de especialização, mestrado, doutorado, e para estagiários.

(f) Auxílio a Pesquisadores

Compreende os valores a pagar concedidos na forma de auxílio a pesquisadores nos Campi Porto Alegre, Canoas, Rolante e Vacaria.

(g) Obrigações Com Entidades Federais

Compreende as obrigações com pagamento de pessoal (salário, vale alimentação, encargos sociais) de empregados cedidos ao IFRS – campus Erechim e campus Sertão, pela Eletrosul, e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica relativo 10/2020 e 11/2020, respectivamente.

(h) Transferências financeiras a comprovar

Compreende apropriações e pagamentos de recursos orçamentários e financeiros transferidos através de TED – Termo de Execução Descentralizada, de diversos Órgãos, para serem aplicados no IFRS em projetos específicos, e por sua relevância está demonstrado no quadro a seguir:



**Nota 10 – Resultado Patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA’s) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD’s).

As VPA’s são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRS e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

As VPD’s são reconhecidas quando for provável que ororrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para a União, implicando saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado em 31/03/2021 foi deficitário em R$ 4,85 milhões e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.



Observa-se que, no resultado Patrimonial do Período, houve uma melhora de resultado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. Até o primeiro trimestre de 2020, o resultado foi negativo em R$ 6,04 milhões, ao passo que, no mesmo período de 2021, o resultado foi negativo em R$ 4,85 milhões, implicando em um acréscimo na ordem de R$ 1,19 milhões. Isso se deve ao fato de que houve menor variação patrimonial aumentativa em 7,15% representando R$ 8,62 milhões, enquanto que as variações patrimoniais diminutivas foram maiores em 5,87%, representando R$ 7,42 milhões.

Dentre as principais variações patrimoniais diminutivas, destacam-se:

I. Aumento dos gastos com Pessoal e encargos no montante de R$ 5,09 milhões (5,51%);

II. Aumento dos gastos com Benefícios Previdenciários e Assistenciais em R$ 439 mil (5,42%);

III. Aumento na Desvalorização e Perda de Ativos em R$ 3,84 milhões (145,44%).

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:



Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destacamos o resultado positivo das Transferências e Delegações Recebidas, em um montante de R$ 4,68 milhões (3,97%), em sua maior parte pelo repasse da Secretaria de Planejamento e Orçamento, correspondentes às transferências de recursos para pagamento de Restos a Pagar e para despesas da execução orçamentária do exercício vigente, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, e aumento na Valorização e ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos em R$ 3,62 milhões (157,65%), como segue:

Pela Comprovação Transferência de recursos ao instituto Federal de São Paulo pela compra de equipamentos de informática, R$ 23,9 mil;

Pela Devolução de recursos financeiros ao Ministério do Turismo para alterações na vinculação de recusos destinados a aquisição de equipamentos para produção áudio-visual, R$ 300 mil;

Pela aquisição de mobiliário em processo compras centralizadas Campus Bento e Campus Feliz, R$ 4,35 mil;

Pela reavaliação de bens imóveis junto ao prédio sede do Campus Canoas, R$ 5,59 milhões.

Pela comprovação do TED 694255 Fundação Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior.

Isto posto, conclui-se que, até março/2021, houve uma melhora no resultado patrimonial, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, equivalente a R$ 1,19 milhões, impactado de um lado pela comprovação de diversos valores recebidos para execução orçamentária e reavaliação de imóveis e por outro lado pela diminuição expressiva de incorporação de passivos, representados justamente, em sua maioria, pela inscrição de responsabilidade para aplicação de novos TEDs – Termos de Execução Descentralizada.

Os grupos relacionados ao desempenho valorativo de ativos (Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos X Desvalorização e Perda de Ativos e incorporação de passivos), que levam ao Resultado Valorativo de Ativos, apresentaram um resultado negativo na ordem de R$ 567 mil, decorrentes principalmente pela reavaliação de bens imóveis Campus Canoas, pela desincorporação de passivos pela prestação de contas de diversos TED”s , em contrapartida de menor incorporação de passivos pela responsabilidade de novos TED”s, o que resultou em uma variação equivalente a 64% em relação ao exercício anterior, representando cerca de ( - ) R$ 222 mil.

Abaixo, encontram-se as tabelas comparativas do resultado valorativo de ativos apurados até março/2021, comparados ao mesmo período do ano anterior, bem como das variações comparativas relacionadas aos períodos mencionados.





O item positivo do Resultado Valorativo de Ativos mais relevante está relacionado à Ganhos com reavaliação de imobilizado, no montante de R$ 5,58 milhões até o primeiro trimestre de 2021. Tais valores são demonstrados na figura que segue e correspondem em 95%, a prestação de contas de recursos de TEDs baixados pelos respectivos Órgãos repassadores quais sejam, Instituto Federal de São Paulo e Ministério do Turismo equivalentes a 5%.

Ganhos com Desincorporação de Passivos



Houve, também, decréscimo nas VPD’s tributárias, Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, na ordem de

-14%, com destaque para Taxas Inter OFF, representando -7% do percentual de decréscimo e correspondendo a R$ 2,4 mil, conforme a tabela a seguir. A combinação de acréscimos e deduções nas demais variações diminutivas levaram a um resultado final de - R$ 6,1 mil.



Outras Variações Patrimoniais Diminutivas também tiveram variação negativa com impacto no Resultado Patrimonial do IFRS, na ordem de 32%. Conforme demonstrado a seguir, estão diretamente relacionadas à Bolsas de Estudo no País, acréscimo de R$ 712 mil, representando 33% do montante deste grupo. Em Auxílio para desenvolvimento de Estudos houve decréscimo de R$ 9,3 mil, representando 100% em relação ao exercício anterior. Outras VPDs tiveram decréscimo em relação ao mesmo trimestre do período anterior, e suas repercussões contribuíram para o resultado deste grupo no montante de R$ 704 mil, conforme abaixo.



Na tabela a seguir, apresenta-se a distribuição de Bolsa de Estudos no País, por Unidade Gestora do IFRS.



**Nota 11 – Resultado Orçamentário**

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Até o primeiro trimestre de 2021 as receitas realizadas montaram a quantia aproximada de R$ 472 mil, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o montante de R$ 214 milhões.

De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, o empenho de despesas correspondeu a 43,35% da dotação atualizada considerando a Lei Orçamentária Anual Nº14.144, de 22 de abril de 2021, no exercício de 2021 lembrando que, até o primeiro trimestre, 21,76% desses empenhos já haviam sido realizados.

A realização de receitas até o primeiro trimestre alcançou 39,32% da previsão atualizada de arrecadação de receitas correntes, orçada em R$ 1,20 milhões, com destaque para Receitas Agropecuárias que somaram R$ 433 mil. Já as despesas em que pese representarem valores bem mais expressivos em termos monetários na ordem de R$ 493 milhões, refletem uma execução equilibrada até o período, se comparados com o montante de compromissos assumidos que montam R$ 214 milhões, em sua maioria referente a despesas com pessoal, considerando o empenho prévio por estimativa de várias rubricas até o final do exercício, dependendo ainda de reforços e cancelamentos destes empenhos, a depender da liberação dos recursos orçamentários pela SPO/MEC.

**Receitas**

As receitas realizadas até o primeiro trimestre de 2021, em comparação com as do mesmo período de 2020, estão distribuídas nas seguintes categorias, conforme demonstrado nos respectivos Balanços Orçamentários:



Comparando-se as receitas realizadas até o primeiro trimestre de 2021 com o mesmo período de 2020, percebe-se uma variação de aproximadamente 242% na arrecadação.

O crescimento observado importa em aproximadamente R$ 334 mil, afetando positivamente o desempenho da arrecadação quando comparado com o mesmo período do ano anterior, que pode ser demonstrada conforme

tabela abaixo:



Analisando o comportamento da Receita, percebe-se que a variação verificada resulta, principalmente, pela aumento em mais de R$ 382 mil na arrecadação de Receita Agropecuária, que no mesmo período do exercício anterior foi menor em razão da época em que foram comercializados os produtos agrícolas e que neste ano foi antecipada e outras receitas de serviços administrativos, onde houve arrecadação com grande queda.

Conforme evidenciado na tabela anterior, cerca de 92% das receitas arrecadadas até o primeiro trimestre de 2021, ou seja, R$ 433 mil, refere-se à realização de Receita Agropecuária relativa a receitas da produção vegetal e produção animal e derivados.

Pela tabela anterior, pode ser percebido que, até o primeiro trimestre de 2021, a arrecadação da Receita de outras receitas correntes cresceu em cerca de R$ 18 mil em relação ao mesmo período de 2020, corresponde a terceira maior arrecadação do IFRS, representando aproximadamente 4% da arrecadação total.

Na tabela a seguir, é evidenciada a composição da arrecadação de Receita Agropecuária e de Outras Receitas Correntes, tendo como base os fatos geradores desta arrecadação.





**Despesas**

Como explanado anteriormente, o resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

De acordo com o art. 58 daquela Lei, empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

O empenho de despesas no período em análise montou a quantia aproximada de R$ 214 milhões, enquanto que no mesmo período de 2020, tal fase da execução da despesa pública montou a cifra de R$ 388 milhões.

As despesas correntes representam 100% do montante empenhado no exercício em razão de que não houve no primeiro trimestre liberação de quotas de limite orçamentário para execução de despesas de capital.



As despesas correntes empenhadas com maior preponderância no universo da referida categoria econômica referem-se ao grupo de natureza da despesa intitulado “Pessoal e Encargos Sociais”, o qual montou a quantia aproximada de R$ 188 milhões.

Segundo informações extraídas do SIAFI, o grupo de natureza da despesa “Pessoal e Encargos Sociais” é constituído dos seguintes elementos de despesa:



Pela tabela acima, percebe-se que o grupo de natureza da despesa “Pessoal e Encargos Sociais” teve um decréscimo de cerca de 48% até o primeiro trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020, evidenciando uma involução no empenho de despesas da ordem de R$ 164 milhões devido ao fato de que o orçamento está sendo liberado por quotas apenas para atender as despesas continuadas e urgentes e inadiáveis tendo em vista as consequências da pandemia Covid-19 e as limitações e política orçamentária da União. Destacamos as despesas com vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil (-) R$ 176 milhões), Obrigações Patronais – Operações Intra-Orçamentárias (aumento de R$ 11 milhões), Aposentadoria RPPS e Reserva Remunerada (aumento de R$ 708 mil), que perfazem, também, o grupo de despesas com maior participação no rol de empenhos de Pessoal e Encargos Sociais, conforme evidenciado no gráfico abaixo:

**Venc. e Vantagens Fixas, Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias e Aposentadorias do RPPS, Res. Remunerada e Ref. Militar.**

****

A variação total das três naturezas de despesas supracitadas soma (-) R$ 164 milhões.

Em relação às despesas empenhadas com outras despesas correntes, observa-se um acréscimo de aproximadamente R$ 405 mil equivalendo a mais 2%, quando comparado como o mesmo período do exercício anterior. Destacam-se as despesas com Auxílio-Alimentação Civis, cujos empenhos no período somaram R$ 11,72 milhões, Ressarcimento de Assistência Médica Odontológica R$ 4,35 milhões, Bolsas de Estudo no País R$ 2,49 milhões, que somam 72% do total empenhado e que correspondem às maiores despesas do período em valores absolutos.

Por outro lado, podemos destacar também algumas despesas que tiveram a maior variação percentual no período, como por exemplo, Auxílio Creche – Civil, no montante de R$ 1,97milhões, variação percentual de 87%, pela concessão do auxílio aos servidores IFRS e auxílio alimentação, no montante de R$ 900 mil, variação percentual de 53%.

Observa-se o decréscimo de gastos em diversas rubricas de despesas como as de serviços de vigilância com variação percentual de -64%, limpeza e conservação, com variação percentual de -73%, serviços de energia elétrica, com variação percentual de -75% e serviços de água e esgoto, com variação percentual de -78%. provocadas em parte pela política de liberação de recursos de limites orçamentários e também em decorrência das medidas adotadas pelo IFRS para combate à pandemia COVID-19, com destaque para a suspensão das aulas e também pela implantação do trabalho remoto.



Em relação aos recursos orçamentários destinados à Investimentos não houve liberação de recursos orçamentários até o primeiro trimestre do exercício 2021 e consequentemente não houve empenho de despesas, a exemplo do que ocorreu também no primeiro trimestre do exercício anterior.

**Restos a Pagar**

Conforme evidenciado na tabela abaixo, a grande maioria dos Restos a Pagar Processados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS são relativas a Despesas Correntes, com destaque para Pessoal e Encargos Sociais R$ 24,75 milhões, que correspondem a aproximadamente 90% dos valores inscritos em restos processados em razão de que a folha de pagamento e encargos apesar de pagos no próprio exercício só são quitados efetivamente no exercício seguinte pelo trâmite de processamento no SIAFI. Já as Outras Despesas Correntes no montante de R$ 2,15 milhões, representam aproximadamente 7,86% dos valores processados inscritos e referem-se especialmente a benefícios decorrentes da despesa com pessoal como auxílio alimentação, ressarcimentos do plano de saúde, auxílio transporte e de compromissos assumidos pela prestação de serviços de terceiros, (vigilância, limpeza, energia, comunicação, etc...)., e os Investimentos R$ 368 mil, que representam 1,35% do montante e referem-se a obras e instalações e aquisição de equipamentos e materiais permanentes. Observe-se que no exercício de 2021 o IFRS pagou o valor de R$ 27,09 milhões de Restos a Pagar Processados, equivalentes a 99,30% do montante processado inscrito, o que evidencia a busca permanente do IFRS em quitar os compromissos assumidos com seus fornecedores.

Quanto aos Restos a Pagar Não Processados, 39,81% referem-se Outras Despesas Correntes equivalentes a R$ 12,46 milhões, composto principalmente pela aquisição de diversos materiais de consumo e também pela contratação de serviços de terceiros pessoa jurídica. 39,92% dos valores inscritos em não processados referem-se a Investimentos equivalentes a R$ 12,49 milhões, composto por obras e instalações e equipamentos e materiais permanentes e 20,11% refere-se a valores de Restos a Pagar Não Processados Reinscritos, que correspondem a R$ 1,40 milhões. Ao longo do exercício de 2021 o IFRS pagou o montante de R$ 5,12 milhões em Restos Não Processados, equivalentes a 16,38% dos compromissos assumidos, restando o montante de R$ 26,10 milhões para serem pagos, o que equivale a 83,40% do total inscrito, já descontando os valores cancelados no exercício e que correspondem a 0,22%, equivalentes a R$ 70 mil.



**Restos a Pagar Processados**

****

**Restos a Pagar Não Processados**

****

**Nota 12 – Despesas com Enfrentamento Calamidade Pública – COVID-19**

Não houve despesas com ações para fazer frente às despesas relacionadas ao enfrentamento à calamidade pública decorrentes da COVID-19 durante o primeiro trimestre/2021.